

24 OUT 2013

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

TJ vai cumprir decisões do CNJ, diz novo presidente da Justiça estadual

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

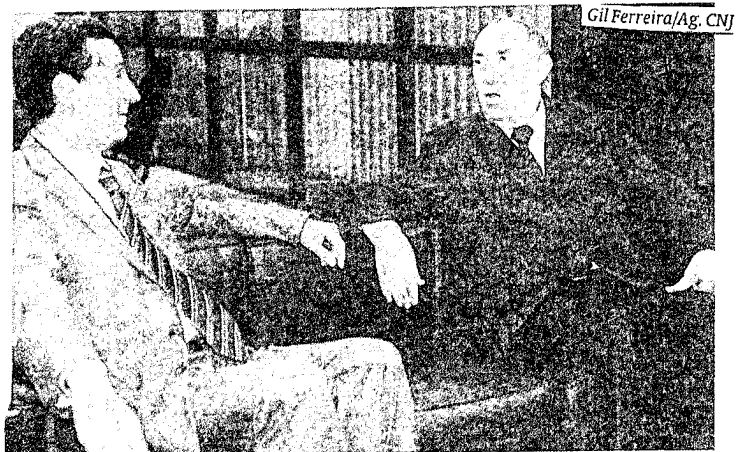
Há 20 dias no cargo de presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), Guilherme Luiz Gomes teve audiência ontem em Brasília com o corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Francisco Falcão. Após o encontro, Gomes afirmou que vai “cumprir as determinações do CNJ” e adiantou que Falcão fará uma visita ao TJ em 7 e 8 de novembro para uma reunião de trabalho. Gomes assumiu a vaga deixada por Clayton Camargo, afastado do cargo de desembargador pelo CNJ, no último dia 8, por suspeita de evolução patrimonial incompatível com a função de magistrado.

“Essa visita ao ministro Falcão ocorreu no sentido de demonstrar ao CNJ que todas as questões que envolvem a magistratura do Paraná serão objeto de estudo, diálogo e solução”, afirmou Gomes. Ele informou que também aproveitou a passagem por Brasília para tratar de temas de interesse do TJ no Congresso.

Falcão é responsável pelas inspeções dos judiciários estaduais e informou que a viagem a Curitiba vai auxiliar o TJ a cumprir as metas fixadas pelo CNJ. “A reunião irá selar uma parceria entre a Corregedoria Nacional e o TJ”, declarou.

Investigações

Foi Falcão quem conduziu as investigações contra Camargo no CNJ. No voto dele sobre o caso, descreveu que a corregedoria do CNJ e o Ministério Público Federal investigam denúncias de venda de sentenças, lavagem de dinheiro, tráfico de influência, corrupção passiva e crimes tributários que envolvem Camargo. Também citou um inquérito no Superior Tribunal de Justiça que trata de suposto tráfico de influência na eleição do filho do desembargador, Fábio Camargo, para o Tribunal de Contas do Paraná.



Falcão (esq.) e Gomes: promessa de ação conjunta para melhorar o TJ e de visita do corregedor do CNJ ao Paraná.

24 OUT 2013

GAZETA DO POVO

» DECISÃO DO CNJ

TJ terá de reabrir concurso para titulares de cartórios

Antonio Senkovski

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou, na terça-feira, que o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) retome, com diversas mudanças, o concurso público que escolherá titulares de cartórios de notas e registros no estado. O processo estava interrompido desde o fim de 2012 devido a liminar do CNJ. Não há prazo para a escolha dos titulares, mas a determinação é para que as inscrições sejam reabertas e o processo realizado “com a máxima urgência”.

Um das alterações que deve ser feita envolve o Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação (IBFC) — contratado para aplicar a prova —, que não poderá mais elaborar a avaliação objetiva. O CNJ diz que o IBFC vai poder apenas “prestar assistência à banca examinadora, por quem será supervisionado”. Além disso, deverá constar no novo edital os nomes das pessoas do instituto que vão atuar nas atividades.

Sete pessoas que estavam listadas para compor a banca examinadora foram eliminadas pelo CNJ. Conforme voto da relatora Maria Cristina Peduzzi, esse grupo é considerado suspeito. Não foi divulgado, no entanto, detalhes sobre o que motivou a determinação. A exclusão dos sete deve ser executada pelo TJ.

Outro ponto a ser modificado é a lista de cartórios que serão disputados. Na relação deverão constar tanto as serventias já declaradas vagas pelo CNJ quanto os que estão ainda com processos na Justiça. A reportagem procurou a assessoria do TJ e a do IBFC, mas não teve retorno.

O CNJ determinou a realização de concurso público para escolher titulares de cartórios em 2010. Isso porque, desde 1988, a Constituição exige a realização de concurso para que uma pessoa seja nomeada a um cartório. O TJ marcou a prova para dezembro de 2012, mas uma liminar do CNJ suspendeu o processo, com base no pedido de um dos candidatos, que alegou possível relação entre membros da banca examinadora e candidatos.

24 OUT 2013

GAZETA DO POVO

Cai liminar contra aumento de capital da Sanepar

Pedido tinha sido feito pela Prefeitura de Maringá, acionista minoritária da companhia, que disse não ter sido consultada sobre a operação

Gesli Franco, da Gazeta Maringá

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) suspendeu, na tarde de terça-feira, a liminar concedida pela 2.^a Vara da Fazenda Pública de Curitiba à Prefeitura de Maringá, contra o aumento do capital social da Companhia Paranaense de Saneamento (Sanepar) para R\$ 798 milhões.

A Prefeitura, que é acionista minoritária da companhia, alegou, na ocasião, que pediu a suspensão da assembleia, quando foi decidido sobre o aporte, por não ter

sido consultada dentro do processo. O aumento do capital foi definido em assembleia geral no acordo entre o estado e a Dominó Holding.

A assessoria de comunicação da Prefeitura de Maringá informou que irá recorrer da decisão judicial assim que for comunicada formalmente. Já a assessoria da Sanepar informou que não vai se pronunciar sobre o assunto.

Disputa judicial

A Prefeitura de Maringá busca municipalizar o serviço de abastecimento de água e tratamento de esgoto — motivo que vem gerando uma disputa judicial com a Sanepar há anos. A disputa teve início em agosto de 2010, quando terminou o contrato de concessão, que havia sido firmado em 1980.

Em novembro de 2010, a Prefeitura extinguiu, por nulidade do termo de prorrogação, a concessão dos serviços públicos de água e esgoto. A Sanepar recorreu na

Justiça, mas o Município teve vitória em duas instâncias.

Em março deste ano, a 5.^a Câmara do Tribunal de Justiça do Paraná considerou por unanimidade a nulidade da prorrogação por 30 anos do contrato para exploração do serviço de saneamento firmado entre a Sanepar e o município de Maringá em 1996.

De acordo com o TJ, o termo de aditivo foi assinado em junho daquele ano sem autorização do Legislativo e sem a realização do processo de licitação.

Na ocasião, a Sanepar alegou que entende que o contrato com o município segue todas as exigências legais e, portanto, a empresa iria recorrer novamente. A companhia afirmou também que, no recurso, apresentará a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que estabelece que a titularidade dos serviços de saneamento em cidades que integram regiões metropolitanas, como é o caso de Maringá, não é exclusiva do município.

24 OUT 2013

GAZETA DO POVO

Justiça

determina rede de esgoto na bacia do Rio Uvu

Conforme liminar, Sanepar tem 20 dias para apresentar cronograma de obras que deverão atender nove ruas no bairro Santa Felicidade

| Angeli Maros

Decisão liminar da Justiça despachada na terça-feira determina a implantação imediata de uma rede coletora de esgoto na região da microbacia do Rio Uvu, no bairro Santa Felicidade, em Curitiba. A decisão acata um pedido de intervenção judicial feito pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Curitiba, do Ministério Público do Paraná (MP-PR), que, inicialmente, notificou a prefeitura da Capital e a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), mas não obteve respostas concretas para sanar o problema.

Segundo o documento do despacho, a Sanepar tem 20 dias, a partir da data da decisão, para apresentar o cronograma da obra, que deverá contemplar as ruas Germano Ruggenbaum, Sanremo, Padova, Pisá, João Vendramim, Carlos Parize, João Anzolin, Pedro Breda e

Célia Cabral Salgueiro, todas em Santa Felicidade.

A juíza que analisou o caso, Letícia Portes, entendeu é possível comprovar que o esgoto da região está sendo jogado no rio. A juíza destaca ainda que, mesmo sem o serviço, alguns moradores da região pagam tarifas pelo saneamento.

Denúncia

A denúncia da inexistência de rede coletora de esgoto na área chegou ao Ministério Público em fevereiro deste ano, por meio de um morador da região. Na ação movida pela promotoria, consta que o lançamento de esgoto da região estaria sendo feito diretamente no rio ou através de empresas de limpeza de fossa, pois, conforme o MP-PR, a Sanepar não faria a coleta e os tratamentos adequados.

Conforme consta na ação, depois de notificada pela promotoria, a Sanepar teria informado que as ruas em questão não apresentavam condições técnicas para escoamento de esgoto, devido à diferença de cotas existentes no trecho.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente informou que a responsabilidade pela implantação da rede coletora de esgoto em Curitiba é da Sanepar. A Sanepar foi procurada ontem pela reportagem para prestar esclarecimentos sobre o caso, mas, até o fechamento da edição, não retornou.

24 OUT 2013

GAZETA DO POVO

Deputados cobram que Welter apresente provas

Deputados cobram provas sobre tráfico de influência

Um dia depois de o deputado Elton Welter (PT) ter afirmado que recebeu pressão para votar em Fabio Camargo na eleição para conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, colegas da Assembleia Legislativa exigiram que o petista divulgue nomes.

Parlamentares exigem que o colega revele nomes de quem teria feito tráfico de influência na eleição de Fabio Camargo ao TC

Euclides Lucas Garcia
e Chico Marés

Nenhum deputado saiu ontem em apoio ao colega Elton Welter (PT), líder da oposição na Assembleia Legislativa do Paraná, um dia depois de ele afirmar ter sofrido pressão e ameaças para votar em Fabio Camargo na eleição para conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TC), realizada em 15 de julho. Além de negar que tenham sido pressionados, todos os parlamentares que aceitaram dar en-

trevista sobre o tema exigiram que o petista apresente os nomes de quem o ameaçou, sob pena de deixar toda a Casa sob suspeita. Houve, inclusive, deputados que disseram que, do contrário, Welter é quem pode sofrer consequências.

O pai de Fabio, desembargador Clayton Camargo, é investigado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ) por tráfico de influência na eleição do TC. Na época do pleito, Clayton era presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ). A suspeita levou a Procuradoria-Geral da República (PGR) a pedir o afastamento de Fabio do TC. Dias antes, Clayton já havia sido afastado cautelarmente do TJ pelo CNJ, numa decisão que levou em conta essa e outras suspeitas contra o desembargador.

Uma delas envolve a lei de autoria do Executivo e do Judiciário paranaenses — aprovada pela Assembleia — garantindo ao governo acesso aos depósitos judiciais não tributários de posse do TJ. “Houve uma articulação dos três poderes para a eleição do TC, que forçou a aprovação dessa lei. [Houve] ameaça. Todo mundo tem medo do Poder Judiciário”, disse Welter, na última segunda-feira.

Ontem, ao reafirmar as declarações na tribuna da Casa, o petista foi repreendido pelo presidente da Casa, Valdir Rossoni (PSDB). “Quero repudiar as [suas] palavras ao dizer que houve acordo entre os três poderes. Retire o Poder Legislativo desse acordo, por favor”, disse o tucano. Mais cedo, Rossoni havia cobrado que o petista apresente provas para que seja instaurado um procedimento disciplinar na Assembleia. “Minha obrigação é cuidar da imagem da Casa, e os 54 deputados foram colocados sob suspeição. Eu reafirmo que não sofri nenhum tipo de pressão.”

A cobrança foi feita por vários outros deputados, até mesmo por Enio Verri, presidente estadual do PT. “Se aconteceu com o deputado, ele saberá explicar. Ele é suficientemente responsável para apresentar nomes, até para a Assembleia poder fazer a apuração necessária.”

Mais incisivo, o líder do governo, Ademar Traiano (PSDB), chamou Welter de leviano. “Ele deveria ter a grandeza de declinar os nomes de quem o pressionou”, destacou. Já o peemedebista Stephanes Jr. afirmou que gostaria de ser solidário a Welter, mas que isso se torna impossível na medida em que ele não diz quem o ameaçou.

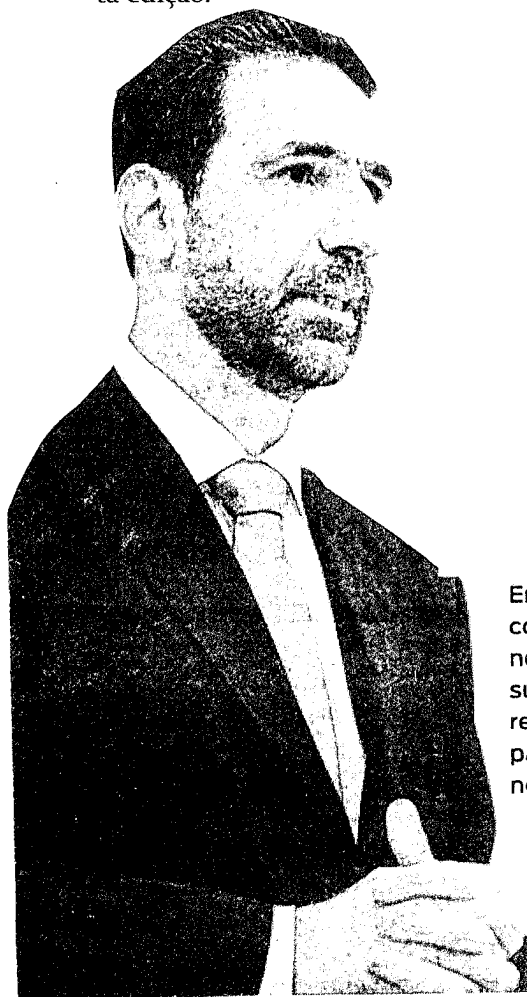
CONTINUA

24 OUT 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Por meio da assessoria de imprensa, o Ministério Público Estadual comunicou que não tem procedimentos abertos relativos à eleição para o TC e que o procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, preferia não se manifestar. Já o TJ informou que, como há uma investigação tramitando no CNJ, não irá abrir qualquer procedimento. O TJ disse ainda que não comentará as afirmações de Welter, uma vez que ele não citou nominalmente qualquer um de seus integrantes. Mais uma vez, Fabio Camargo não retornou ao pedido de entrevista até o fechamento desta edição.



Enio Verri,
colega de Welter
no PT: "Ele é
suficientemente
responsável
para apresentar
nomes".

24 OUT 2013

GAZETA DO POVO

**Coluna
do leitor**

Eleição do TC1

O que é necessário e urgente é a transparência, em todos os sentidos e ocasiões. Nunca fui a favor daquele que foi eleito pela Assembleia, e disse que a disputa teria de ser moral e com concurso, e não política, pois, sendo política, sempre passará o que aconteceu agora. Os eleitos não podem ser escolhidos pelos que estão de plantão no poder.

Cayo Miguel Angel Martin Cristobal

Eleição do TC 2

O que me ofendê é Elton Welter não dizer quem o ameaçou e o porquê. Se não podia dizer, era melhor ter ficado calado.

Elimar Piratelo

Mídias Sociais

Eleição do TC

"99% dos políticos só trabalham através de 'acordos ou pressões' pois têm 'teto de vidro'."

Marcio Ezequias, pelo Facebook, sobre supostas influências externas na eleição de Fabio Camargo para o TC.

Celso Nascimento

O Resgate do Soldado Ryan

24 OUT 2013

GAZETA DO POVO

O secretário de Segurança Pública, Cid Vasques, não guarda semelhanças físicas com o ator Matt Damon, que no premiado “O Resgate do Soldado Ryan” viveu o papel de um paraquedista americano preso pelos alemães durante a invasão da Normandia pelos Aliados na Segunda Guerra. Tom Hanks era o capitão que comandava o grupo encarregado de resgatar Ryan. Moral da história: é impossível não ver na refrega travada entre o Ministério Público Estadual e o secretário Vasques uma curiosa analogia com o filme de Steven Spielberg.

Cid Vasques é procurador dos quadros do Ministério Público, que lhe concedeu licença para exercer o cargo de secretário no governo estadual. Como secretário, no entanto, Vasques decidiu não se submeter aos critérios que o MP usa para requisitar policiais (civis e militares) para prestar serviços junto ao Gaeco. Diante do impasse, surgiu a ideia de cassar a licença do secretário, tirá-lo do campo inimigo e de resgatá-lo para a instituição de origem. Reduzido a esses termos, o impasse parece ter sua graça, mas a questão é bastante séria. Na medida em que tem potencial para prejudicar os trabalhos do Gaeco — o mais importante e independente organismo de combate ao crime organizado, inclusive o incrustrado nas forças policiais — qualquer embaraço à sua atuação pode causar prejuízos irreparáveis a investigações em curso.

No fundo, o que quer o Ministério Público? Quer liberdade para escolher os policiais para integrarem as equipes do Gaeco, respeitadas as adequações profissionais para o exercício dos trabalhos para os quais sejam designados. O secretário não aceita esse critério; considera-o uma intromissão indevida do MP na administração da Segurança. O Ministério Público também não concorda com a exigência do secretário de promover o rodízio dos policiais à disposição do Gaeco. Pretende substituí-los por outros a cada dois anos. Para o coordenador do Gaeco, procurador Leonir Batisti, essa exi-

gência não consta do decreto que regulamenta as designações. E argumenta que investigações podem ser prejudicadas se, a meio caminho, suas equipes forem repentinamente desfalcadas de policiais já integrados e receber outros não preparados.

Esse é o resumo da pendenga que levou o Ministério Público a requerer ao Conselho Superior do MP a cassação da licença de Cid Vasques e obrigá-lo a voltar aos quadros da instituição. O caso foi parar na Justiça — por enquanto tratando apenas de um fato paralelo — o do prazo para defesa junto ao Conselho, que o secretário alega ter sido inferior ao legal. Se, em sua próxima sessão, o Órgão Especial do TJ considerar que o Conselho pode julgar o requerimento, não é impossível que Cid Vasques seja “resgatado” e obrigado a deixar a Segurança Pública. Mas aí entra a política de boas relações entre o Ministério Público e o governo estadual: com quatro meses de antecedência, o governador oficializou pedido ao MP de renovação da cessão, embora não tenha colocado a PGE a defender a causa.

Olho Vivo

Pressão

Pedir voto para alguém faz parte do jogo democrático e não configura pressão. Entretanto, é pressão se o eleitor receber ameaças de retaliação caso não vote de acordo com a “sugestão” do autor do pedido. Se quem pediu ocupa função que lhe dá poderes de retaliação, a coisa toma feições de alta gravidade: é crime, no mínimo de tráfico de influência.

É essa diferenciação que precisa ser feita no caso da denúncia do deputado Elton Welter (PT), que diz ter sido pressionado a votar no nome do então deputado Fabio Camargo na eleição que o escolheu conselheiro do Tribunal de Contas. Welter diz ter resistido à pressão e votado no principal adversário de Camargo, o também deputado Plauto Miró.

O parlamentar petista diz não ter provas da suposta pressão, mas está disposto a prestar depoimento no CNJ caso venha a ser convocado. Como se sabe, o CNJ investiga possível tráfico de influência que o ex-presidente do Tribunal de Justiça Clayton Camargo teria praticado para garantir a eleição do filho Fabio para o TC. Teria Elton Welter e outros deputados, eventualmente réus em processos tramitando no TJ, recebido ameaças de Clayton Camargo? Esta é a questão.

24 OUT 2013

GAZETA DO POVO

➤ DECISÃO

Importar semente de maconha não é tráfico, diz TRF

A Justiça Federal considerou, em caráter liminar (provisório), que a importação de sementes de maconha não constitui crime de tráfico internacional de drogas. O desembargador Toru Yamamoto, do Tribunal Regional Federal da 3.^a Região (TRF-3), decidiu pela suspensão de uma ação penal contra um réu que pretendia importar 28 sementes do Reino Unido.

Com isso, ele reforça precedente aberto em junho do ano passado, pela mesma turma do tribunal, em um caso similar.

A decisão do magistrado será encaminhada ao Ministério Público Federal para parecer e depois à primeira turma do TRF-3, que poderá confirmá-la ou não, em data ainda indefinida.

Segundo a liminar, por não apresentar o princípio ativo THC (tetrahydrocannabinol), a semente não é considerada matéria-prima da maconha. "A maconha é extraída de folhas produzidas pela planta germinada, e não da semente", disse o magistrado na decisão.

INVESTIGAÇÃO

Filho e advogado de Gaievski são presos por suposta coação

O filho e um advogado do ex-assessor da Casa Civil da Presidência da República Eduardo Gaievski – preso em agosto em Foz do Iguaçu sob a acusação de abusar sexualmente de adolescentes – foram presos ontem por suposta coação de testemunhas. Eles estariam indo de Realeza, no Sudoeste do Paraná, para Francisco Beltrão com testemunhas do caso dentro do carro quando foram presos, próximo da cidade de Ampére. As informações foram confirmadas pela Polícia Civil da cidade. André Willian Gaievski, de 19 anos, e o advogado Fernandes da Silva Borges estão detidos na delegacia de Realeza, cidade onde Gaievski foi prefeito. Segundo a polícia, o Ministério Público já estava investigando a suposta coação de testemunhas há algum tempo. A informação de que eles estariam viajando com as testemunhas partiu de uma denúncia anônima, de acordo com a polícia. Em setembro, matéria da revista *Veja* apontou que Gaievski, mesmo preso, teria tentado intimidar testemunhas.

24 OUT 2013

GAZETA DO POVO

» ÔNIBUS

Denúncias sobre suposto cartel chegam hoje ao Cade

Amanda Audi

Uma série de documentos que comprovariam a formação de cartel nas empresas do transporte coletivo de Curitiba e em outras cidades do estado, além do Distrito Federal, será encaminhada hoje ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em Brasília. A intenção é que a licitação do transporte público de Curitiba seja anulada.

As informações, distribuídas em cerca de 15 volumes de 200 páginas cada, foram reunidas pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná (Senge-PR), junto com os sindicatos dos Trabalhadores em Trânsito e Transporte de Curitiba (Sindiurbano), dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato), dos Bancários de Curitiba e a Associação dos Professores da UFPR.

Segundo o assessor jurídico do Senge, Eduardo Faria Silva, a maioria das pessoas físicas e jurídicas que atuaram nas licitações do transporte coletivo de Apucarana, Guarapuava e Brasília também operam em Curitiba. "Há indícios de uma rede que atua nacionalmente", afirma Silva.

Nos documentos constam dados de supostas irregularidades nas licitações do transporte coletivo desses municípios. As empresas mais beneficiadas nos supostos cartéis seriam as da família Gulin — que controla quase 70% dos consórcios de ônibus de Curitiba — e da família Constantini, que também opera na capital, segundo o assessor jurídico.

O escritório de advocacia Guilherme Correia e Sacha Reck, que responde pelo sindicato das empresas de ônibus de Curitiba, o Setransp, também apareceria nas licitações com supostas irregularidades.

OUTROLADO

Advogado nega denúncias e participação em licitações

O Setransp, por meio de sua assessoria de imprensa, informou que não teve acesso aos documentos que serão encaminhados ao Cade, e que não foi procurado para contradizer as informações. "Essas questões serão decididas no momento oportuno pelo Judiciário, que é um foro independente", informou o sindicato.

O advogado Sacha Reck afirmou que as denúncias são impropriedades. Em nota enviada à imprensa, ele disse não atuou no processo de licitação de Maringá ou de Apucarana. "Quanto à licitação de Guarapuava, o Tribunal de Justiça do Paraná já derrubou o bloqueio de bens de Sacha Reck e cassou a liminar obtida pelo Ministério Público, por entender que não há nenhuma prova de irregularidade na atuação desse advogado", afirmou a nota. "No Distrito Federal, o Jornal de Brasília está sendo processado pelas inverdades que divulgou sobre a atuação do advogado. Não houve anulação do processo de licitação", completa o texto. (AA)

24 OUT 2013

GAZETA DO POVO

Demarcação em Roraima foi atípica, decide o Supremo

Julgamento da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol definiu que regras não valem para outros casos

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) julgaram seis dos sete recursos apresentados no processo de demarcação das terras indígenas da Raposa Serra do Sol, em Roraima, e decidiram que as condicionantes impostas para a demarcação contínua não serão aplicadas automaticamente a outras reservas.

Quando o STF decidiu em 2009 pela demarcação, 19 ressalvas foram feitas para, entre outras coisas, garantir a presença da União nas terras, que poderá ingressar livremente no território com as Forças Armadas ou com a Polícia Federal, instalar e dar manutenção a serviços públicos e ver relativizado o direito do usufruto das terras pelos índios sempre que houver relevante interesse público.

Entre os recursos apresentados, havia questionamentos sobre a validade da decisão sobre Raposa Serra do Sol para outras reservas e pedidos de esclarecimentos de como as condicionantes deveriam ser seguidas.

O relator da matéria no STF, Luís Roberto Barroso, aceitou em parte os recursos somente para deixar mais claro como as condicionantes afetariam a reserva, mas não modificou os itens e afirmou que elas só valem para a Raposa Serra do Sol.

“Considero que as condicionantes fazem coisa julgada no presente julgamento, mas não têm força formal para além do caso aqui decidido”, explicou.

Apesar disso, Barroso disse que, por se tratar de uma decisão do STF, elas apontam numa decisão de jurisprudência que deverá ser observada por outros tribunais quando forem analisar novos processos na Justiça.

Barroso foi acompanhado pela maioria dos ministros. Foram contrários à visão do relator os ministros Marco Aurélio Mello e o presidente da corte, Joaquim Barbosa. Eles acreditam que o STF extrapolou suas atividades e cumpriu o papel de legislador ao criar as 19 condicionantes, por isso votaram no sentido de derrubá-las.

Condicionantes

Em seu voto, acompanhado pela maioria, Barroso também disse que miscigenados e pessoas que vivem em situação marital com índios podem permanecer nas terras. O mesmo vale para

líderes religiosos e templos pertencentes a denominações não indígenas. O ministro também garantiu o livre trânsito na rodovia que corta a reserva.

24 OUT 2013

FOLHA DE LONDRINA INFORME FOLHA

CNJ em Curitiba

O corregedor nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, marcou para os dias 7 e 8 de novembro, em Curitiba, reunião de trabalho com o novo presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, desembargador Guilherme Luiz Gomes. A Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) auxiliará o TJ no cumprimento das metas fixadas pelo órgão e das determinações feitas em relatórios de inspeções.

Assumindo os problemas...

Guilherme Luiz Gomes assumiu a presidência do TJ em 3 de outubro último, em substituição ao desembargador Clayton Camargo, que renunciou à presidência. Em 8 de outubro, o CNJ abriu Processo Administrativo Disciplinar contra Camargo e o afastou da atividade de magistrado.

24 OUT 2013

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Malhando Judas

Se estivéssemos na Semana Santa o sábado de Aleluia pegaria como Judas o ex-presidente do TJ Clayton Camargo, e seu filho, o conselheiro do TC, Fabio Camargo. Com a adversidade vivida pelos dois, um pelas denúncias acumuladas e outro por derivações de atos que precederam sua escolha todo mundo que em nível normal é acanhado, quando não omisso, virou machão, clima de linchamento com a Ku-Klux-Klan substituindo os "Black Bloc".

Na sequência do ato do CNJ, que bloqueou o acesso do Paraná aos depósitos judiciais, o deputado-líder do PT, Elton Welter, afirma que sofreu pressão (a insinuação é clara de que outros teriam enfrentado a mesma situação), mas não explica porque não denunciou o fato imediatamente e só fez agora quando afinal se acumulam os problemas negativos do desembargador e do conselheiro. O outro petista, ex-líder da bancada, Enio Verri, declara que não viu nada disso e pelo contrário votou com a maioria em Fabio Camargo.

O clima interno de linchamento é visível, percebe-se na atmosfera tensa e o que é pior para os dois a inclinação do CNJ, parte baseada em fatos e parte em suposições, tende a ser pela condenação do desembargador e por extensão vindo a alcançar o filho. A essa altura não adianta o governador e o presidente do Legislativo estadual, Valdir Rossoni, pretextarem a inexistência de nexo causal entre os fatos contingenciados como estão fazendo. O pior é que nem os amigos e companheiros dos dois, o desembargador e o conselheiro, antes tão festejados, se mostram constrangidos em esboçar o mínimo ato de solidariedade.

Quem é julgada nesse episódio é também a sociedade paranaense bem como as suas instituições sempre comprometidas pela acomodação e o compadrio. O pior é que não vai se emendar com uma lição pedagogicamente clara.

Cartórios

CNJ deu ordem ao TJ para retomar o concurso de pelo menos 600 cartórios. A situação se arrasta desde 2010 e observadores acham que delongas manterão os atuais provisionados por bastante tempo. Afastamento da banca examinadora chocou.

24 OUT 2013

FOLHA DE LONDRINA

ELEIÇÃO DO TC

Rossoni cobra provas sobre
tráfico de influência na AL

Rossoni cobra 'provas' de ameaças contra petista

Um dia após as declarações de
Elton Welter sobre a eleição do
Tribunal de Contas, presidente
da Assembleia Legislativa diz
que colega colocou a Casa
inteira 'em suspensão'



*Rossoni: "Vou tomar pé da situação e fazer o que cabe
ao presidente nesta situação, não tenham dúvida disso"*

CONTINUA

24 OUT 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - O presidente da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB), rebateu as acusações feitas anteontem pelo deputado estadual Elton Welter (PT), de que teria ocorrido uma "articulação" entre os Três Poderes para a eleição de Fabio Camargo ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas (TC) do Estado. Ontem, o tucano se mostrou surpreso com as declarações sobre uma suposta pressão exercida sobre o parlamentar antes da escolha do novo conselheiro e negou qualquer relação entre a aprovação da transferência dos depósitos judiciais do Tribunal de Justiça (TJ) ao governo estadual com a eleição de Camargo.

"O Legislativo não entra em tal acordo. Por isso recebo esta notícia com preocupação. Não quero polemizar, mas ele (Welter) colocou 54 deputados em suspeição. Por isso pedi para ele apresentar tais provas e vou esperar qual será o seu posicionamento", disse.

Rossoni afirmou ainda que aguarda o encaminhamento destas provas para que seja instaurado um procedimento disciplinar na Casa. Ele disse que se soubesse de uma possível prática de tráfico de influência teria tomado providências. "Vou tomar pé da situação e fazer o que cabe ao presidente nesta situação, não tenham dúvida disso. Só posso afirmar que não sofri nenhuma pressão, pelo contrário, não sou pressionável", completou o presidente da AL.

Welter, por outro lado, voltou a confirmar suas acusações ontem. "Não gravei e não filmei, mas nas votações do TC aqui na Casa é muito comum ocorrer pressão, faz parte da relação de poder que existe no plenário", disse.

O deputado ressaltou que se colocou à disposição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para prestar esclarecimentos caso seja chamado. A suspeita de que o desembargador afastado Clayton Camargo (ex-presidente do TJ e pai de Fabio) interferiu no processo é investigada pelo CNJ. "Não é nada pessoal contra o Fabio, o que não dá para admitir é o que aconteceu. O que estou falando não é nenhuma novidade, outros deputados já falaram isso, só que poucos falam naturalmente", destacou Welter.

Questionado sobre o motivo da denúncia ter sido feita só agora, já que a eleição de Fabio ocorreu em julho na AL, o petista disse que achou "o momento oportuno". Ele se refere ao fato de, na terça-feira, o CNJ ter anulado o repasse de mais de R\$ 2 bilhões em depósitos judiciais do TJ para o governo estadual. "Cabe agora à Justiça investigar e decidir", finalizou.

Repercussão

Poucos entre os 54 parlamentares da AL comentaram o assunto na sessão plenária de ontem. Todos negam que tenham sofrido qualquer tipo de pressão para escolher o novo conselheiro do TC e esperam que Welter mostre provas e indique de quem partiu as ameaças. "Ele sabe o que está falando e saberá explicar tudo.

No meu caso não sofri pressão, discutimos a eleição abertamente dentro da bancada de oposição", disse Ênio Verri (PT).

Para Ademar Traiano (PSDB), líder da situação, Welter tem obrigação de dar explicações. "Nunca em minha vida parlamentar sofri qualquer tipo de pressão. Ao fazer estas afirmações ele foi irresponsável, leviano. Agora cabe a ele dar explicações sobre isso", afirmou.

Alceu Maron Filho (PSDB), Professor Lemos (PT), Leonaldo Paranhos (PSC), Stephanes Júnior (PMDB) e Cleiton Kielse (PMDB) foram outros parlamentares que ressaltaram não terem sofrido qualquer pressão para votar em Fabio Camargo.

Fabio Camargo foi eleito no dia 15 de julho com 27 votos. O outro deputado estadual que também se candidatou, Plauto Miró (DEM), obteve 22 votos na disputa. Durante o processo eleitoral foram apresentados três pedidos de impugnação à candidatura de Fabio Camargo, entretanto todos foram rejeitados pela comissão especial que analisou as inscrições.

24 OUT 2013

FOLHA DE LONDRINA

Justiça Eleitoral cassa prefeito no Norte Pioneiro

Edson Ferreira

Reportagem Local

A Justiça Eleitoral cassou o mandato do prefeito de Barra do Jacaré (Norte Pioneiro), Edimar de Freitas (PP), e da vice, Edina Aparecida dos Santos (DEM). Conforme a sentença publicada ontem, do juiz da comarca de Andará, Alexandre Moreira van der Broocke, o prefeito, que foi reeleito em outubro do ano passado, violou a legislação ao ter se utilizado de estrutura pública para fazer propaganda da candidatura, às vésperas da eleição. "Resta evidente a prática de abuso de poder político pelos investigados", escreveu. Ambos tiveram a inelegibilidade decretada por oito anos. O prefeito segue no cargo enquanto recorre.

Segundo a ação, levada à Justiça pela oposição, encabeçada pelo candidato derrotado, Gilberto Kuribayashi (PSD), um caminhão comprado com recursos federais numa concessionária de Londrina foi usado em manifestação política em favor de Edimar. O veículo chegou à cidade "numa carreata, que teria contado com vários apoiadores soltando fogos de artifício, devido à chegada de um caminhão zero". "Com as luzes ligadas e piscas alertas acesos", o caminhão estaria sendo conduzido por um secretário municipal seguido por "vários carros de funcionários da prefeitura".

Edimar de Freitas foi procurado pela FOLHA, mas não estava na prefeitura ontem à tarde e não atendeu as ligações para o celular. Na defesa apresentada no processo, ele alegou que não houve carreata: o "veículo apenas adentrou pela única rua principal da cidade, com os faróis acesos porque já era noite e os piscas alertas ligados para evitar qualquer incidente". Disse ainda que nem ele, nem a vice, estavam na cidade no dia em que o caminhão chegou. Sobre a acusação de que teria antecipado junto à concessionária a entrega do caminhão, para fazer propaganda, mesmo antes do pagamento da primeira parcela, com os recursos que viriam do governo federal, Edimar afirmou que "apenas seguiu-se o trâmite normal do sistema de liberação de recursos federais, com a entrega do veículo antes do pagamento, para posterior vistoria e quitação".

Multas no TC

Também ontem a assessoria de imprensa do Tribunal de Contas (TC) divulgou que Edimar de Freitas teria cometido irregularidades, em 2011, na gestão do transporte escolar. Freitas deve recolher ao TC, em valor total de multas administrativas, R\$ 6.220,21.

Entre as irregularidades, segundo o TC, estão a falta de inspeção periódica obrigatória de equipamentos de segurança nos veículos utilizados no transporte de alunos e a utilização desses veículos, que deveriam atender exclusivamente os estudantes do ensino básico, para o transporte de caronas e estudantes universitários.

O TC também aplicou cinco multas de R\$ 691,13, referentes a cinco atrasos bimestrais na remessa de informações ao órgão. Freitas pode recorrer da decisão.

24 OUT 2013

FOLHA DE LONDRINA

Oswaldo Militão



Nas comemorações dos 45 anos do 30º Batalhão de Infantaria Motorizada, sediado em Apucarana, as presenças do juiz de Direito Oswaldo Soares Neto, da 1ª Vara Criminal e diretor do Fórum daquela cidade; do general Altair José Polsin, comandante da 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada de Cascavel; do empresário e conselheiro da Sociedade Rural do Paraná, Oezir Marcelo Kantor; do coronel Márcio Luiz Passos Tiberi, comandante do 30º BIM de Apucarana; e o prefeito daquela cidade, Beto Preto

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Pedro
Washington

24 OUT 2013

DENÚNCIA PESADA

O imprevisto aconteceu, embora sem comprovação. O deputado petista Elton Welter, líder da oposição, afirmou ter sido pressionado a votar em favor de Fábio Camargo, na eleição que conduziu esse deputado ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas.

Panorama Político

DENÚNCIA PESADA

O imprevisto aconteceu, embora sem comprovação. O deputado petista Elton Welter, líder da oposição, afirmou ter sido pressionado a votar em favor de Fábio Camargo, na eleição que conduziu esse deputado ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, numa das mais conturbadas eleições já realizadas na Casa de Leis, em torno do mesmo tema. Embora com a afirmação de que não nomina de quem partiram as pressões por falta de provas, é um passo na direção da investigação que o CNJ promove, para qualquer medida a ser tomada em relação ao tumultuado processo. Poucos acreditavam que os votos que elegeram Fábio Camargo, uma candidatura surgida no momento em que o governo promovia entendimentos com o Tribunal de Justiça no sentido de liberação dos "depósitos judiciais". Welter deu ênfase à suas informações, resistindo sempre em apontar os nomes que tentaram aliciar seu voto, afinal mantido para o até então dado como favorito, deputado Plauto Miró Guimarães. Vai sofrer agora pressão em sentido contrário, na medida em que se não apontar nomes, sua denúncia ficará sob a suspeita de apenas tentar com ela, atingir o governo Beto Richa, supostamente interessado na eleição de Camargo. A fala do líder do governo, Ademar Traiano é contundente: "Você tem que dar nome aos bois, tem que ser macho. Se não, só complica para a gente", afirma. Como a eleição foi por voto secreto, ao declarar seu voto em Miró, Elton Welter obriga os demais deputados a se manifestarem. Afinal, apesar da suposta pressão, foi um resultado apertado e que deixa muitos deputados que tem pendências no Poder Judiciário em dificuldade. Comprometedora foi a expressão de Elton: "(Houve) ameaça, influência externa dos poderes. Ameaça: a palavra fala por si. Todo mundo tem medo do Poder Judiciário".

INVERSÃO DE VALORES

O assunto fica ainda mais comprometedor com as afirmações finais do líder da oposição. Preocupante, membro de um poder como o Legislativo, afirmar que "todo mundo tem medo do Poder Judiciário". Será a confirmação de que a Justiça no Paraná não está sendo bem exercida. Mais intimidada do que faz justiça! Isso, num momento em que a opinião pública acompanha informações sobre mau uso de poder, por forças policiais encarregadas de preservar a paz em comunidades brasileiras.

PORTEIRA ABERTA

Elton Welter pode ter "aberto a porteira". Resta saber se outros que sofreram eventuais pressões terão a coragem, nesta altura cívica, de admiti-las. O que pode ocorrer, na medida em que o principal gestor desses possíveis comportamentos desabonadores, se realmente existiram, não terá mais como exercer pressão, já que devidamente afastado. O que existe de certo é que o assunto ainda vai fazer muita água passar por debaixo da ponte.

Roseli Abrão

Vai ter que provar

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni, do PSDB, pediu na sessão desta quarta-feira ao líder da oposição, deputado Elton Welter, do PT, que encaminhe à comissão executiva provas da denúncia que fez na terça-feira que teria sido "pressionado" a votar na candidatura do ex-deputado Fábio Camargo para o Tribunal de Contas.

Com base nessas provas, disse Rossoni, será aberto um "procedimento disciplinar".

Rossoni citou dois artigos do Regimento Interno da Casa que delegam a ela a incumbência de "zelar pelo prestígio da Assembleia Legislativa e pela dignidade" dos parlamentares.

Todos sob suspeição

Em entrevista no Comitê de Imprensa da Assembleia Legislativa o deputado Valdir Rossoni disse que ao fazer a denúncia o petista Elton Welter colocou todos os 54 deputados "sob suspeição".

Por isso o pedido que fez, no início da sessão, para que apresente provas.

Entrevistados por jornalistas, muitos deputados não só negaram que houve pressão como declararam que votaram em Plauto Miró Guimarães.

Os votos de Fábio Camargo "sumiram"...

Apenas um boato?

Correu a notícia, nesta quarta-feira, que o conselheiro Fábio Camargo pediria uma licença no Tribunal de Contas.

Os rumores ganharam força quando ele se retirou, mais cedo, da sessão do órgão.

Camargo alegou problemas de saúde para se retirar para seu gabinete.

24 OUT 2013

BEMPARANÁ

Caso Evangélico —

Testemunhas de Virgínia serão ouvidas em dezembro

Ontem, foi a ouvida a última testemunha de defesa de uma das médicas acusadas no caso da UTI do Hospital Evangélico. Agora, o caso deve ser retomado pelo Tribunal de Júri apenas em dezembro, quando começam a ser ouvidas as testemunhas de defesa da médica Virgínia Helena Soares de Souza, pivô da acusação de que mortes eram antecipadas na UTI onde atuava.

Virgínia tem 39 pessoas arroladas como testemunhas de defesa. Um outro acusado também ter as testemunhas de defesa ouvidas até o final do ano. A defesa da médica está otimista. O advogado Elias Mattar Assad divulgou nota onde diz que a cada depoimento fica mais evidente a ausência de fato criminoso na UTI onde Virgínia atuava.

BEMPARANÁ 24 OUT 2013

Suspeição

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), cobrou hoje do líder da oposição, Elton Welter (PT), provas das acusações de que o petista teria sofrido pressões e ameaças na eleição para a escolha do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE). “Espero que o deputado Welter encaminhe à Mesa Executiva as provas para que possamos abrir um procedimento disciplinar na Casa”, afirmou. Rossoni não quis afirmar taxativamente, mas deu a entender que, caso Welter não apresente essas provas, poderá responder por isso no Conselho de Ética. “Ele colocou 53 deputados sob suspeição”, limitou-se a afirmar o tucano. O líder opositorista já admitiu não ter provas do que disse, alegando não ter gravado nem filmado as conversas com o que chamou de “emissários” — os autores das supostas ameaças. Mas afirmou que confirmaria as informações caso fosse chamado a depor pelo Conselho Nacional de Justiça.

Poderes

Ontem, Welter tentou se justificar, alegando que não disse nenhuma novidade. Ele alegou que o deputado Plauto Miró Guimarães (DEM), derrotado por Fábio Camargo na eleição para o TCE, já havia afirmado que teria havido um “acordo entre os três Poderes” — isso na época da votação do projeto que criou um caixa único do governo do Estado e abria a possibilidade de transferência dos recursos dos depósitos judiciais não tributários sob guarda do Tribunal de Justiça para o Executivo. Rossoni não gostou e disse “repudiar” a declaração do petista. “Tire o Legislativo desses Poderes”, rebateu.

Amnésia

Além de não dar nomes para sustentar suas acusações, alegando não querer “fulanizar” o caso, o líder da oposição também parece acometido por um surto de amnésia seletiva. Questionado sobre qual processo na Justiça responde e que teria dado margem às supostas pressões, o petista alegou não se lembrar do que se trata.

Marginalização

O presidente do PT do Paraná, deputado Ênio Verri, não conseguia esconder ontem sua irritação com as revelações do colega de bancada. Verri se disse surpreso com as declarações de Welter e negou ter recebido pressões. Verri confirmou ter votado no ex-deputado Fábio Camargo, mas alegou que fez isso por uma questão política. Segundo ele, o candidato do governo era o deputado Plauto Miró Guimarães (DEM). “Votei achando que com isso criaríamos uma crise política na base do governo”, alegou. O petista afirmou ainda que havia uma campanha por parte da imprensa para desqualificar os deputados, o que ele classificou como “marginalização” da política.

24 OUT 2013

BEMPARANÁ

Filho de ex-assessor de Gleisi vai preso

A polícia prendeu ontem André Willian Gaievski, filho do ex-assessor da Casa Civil do governo federal e ex-prefeito de Realeza, Eduardo Gaievski, que está preso desde agosto sob a acusação de estupro de "vulneráveis" e troca de favores por sexo. André Willian foi preso em Realeza, acusado de coagir testemunhas. O advogado de Gaievski, Fernandes da Silva Borges, também teria sido preso.

O inquérito contra o ex-prefeito, que era assessor da ministra chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann (PT), corre em segredo de justiça. Ele era encarregado de coordenar programas sociais, como o combate ao crack. Ele também foi acusado de intimidar testemunhas.

Segundo a polícia, o filho dele e seu advogado teria sido presos em flagrante, com duas testemunhas do caso, em um veículo, quando se dirigiam para Ampere. Cada testemunha estaria de posse de R\$ 1 mil, se dirigindo para um cartório para mudar os depoimentos já dados no inquérito.

Caso Gaievski

A Polícia Civil do Paraná prendeu ontem Fernandes Borges e André Gaievski – respectivamente advogado e filho de Eduardo Gaievski, ex-assessor da ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. Eduardo Gaievski é acusado de abusar sexualmente de menores. Os dois foram presos em flagrante por suposta coação de testemunhas. Dentro do carro, com eles estavam duas testemunhas do caso envolvendo o ex-assessor de Gleisi. Informações da polícia dão conta que as testemunhas iriam receber R\$ 1 mil cada para supostamente ir até o cartório e alterar depoimentos já prestados no inquérito que apura denúncias de estupro contra Gaievski.

24 OUT 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça adia julgamento de militares acusados de sequestro

Wilson Tosta / RIO

Os recursos do Ministério Público Federal que pede a abertura de processo contra quatro militares da reserva pelo sequestro, durante a ditadura de 1964-85, do desaparecido político Mário Alves, em 1970, teve seu julgamento adiado ontem por duas semanas pela Justiça Federal.

O relator do processo, desembargador federal Paulo Espírito Santo, pediu mais tempo para examinar o caso, em sessão da 1.ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região (Rio e Espírito Santo).

A denúncia contra os militares foi originalmente rejeitada pelo juiz Alexandre Libonatti de Abreu, da 2.ª Vara Federal Criminal. Ele não aceitou os argumentos dos procuradores segundo o qual o sequestro é crime em andamento – só cessa quando a vítima aparece –, portanto caberia a investigação.

O jornalista Mário Alves, que foi dirigente do PCBR, morreu depois de torturado no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), que funcionava no quartel do 1.º Batalhão de Polícia do Exército, na Tijuca, zona norte do Rio. Nunca foi achado e é dado como morto.

Os citados como sequestradores de Alves são Luiz Mario Correia Lima, Roberto Augusto de Mattos Duque Estrada, Duleine Aleixo Garcez dos Reis e Valter da Costa Jacarandá. Convocados a depor pelas Comissões Nacional e Estadual da Verdade, Correia Lima, Duque Estrada e Garcez dos Reis responderam às perguntas com “nada a declarar”. Jacarandá confessou ter torturado, mas negou ter relação com o caso de Alves.



Tortura. Jornalista Mário Alves, desaparecido em 70

Em defesa de sua tese, os procuradores citaram na denúncia três casos nos quais o STF extraditou acusados de sequestro de presos políticos desaparecidos em países vizinhos. Um dos processos é a Extradicação 974, do major uruguaio Manuel Juan Cordeiro Piacentini para a Argentina, onde é acusado de, como integrante da Operação Condor, coordenação repressiva das ditaduras do Cone Sul, ter sequestrado o argentino Adalberto Valdemar Soba Fernandes, que tinha 10 anos ao desaparecer em 1976.

24 OUT 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Governo espera 'dura batalha' na Justiça

Segundo Associação dos Terminais Portuários, empresas não querem a 'judicialização' dos leilões, mas não vão abrir mão dos seus direitos

Mauro Zanatta / BRASÍLIA

O mau humor do setor privado com os planos do Palácio do Planalto para o arrendamento dos portos e as novas concessões de aeroportos chegou aos tribunais. E o governo espera uma dura batalha contra "interesses econômicos poderosos" na Justiça.

Donos de alguns terminais privados nos Portos de Santos, Salvador e Paranaguá já obtiveram liminares judiciais contra a inclusão de suas áreas nas licitações. A Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), que reúne quase uma centena de empresas em 19 portos, confirma a concessão de "várias liminares" em Santos, Salvador e Paranaguá, mas não informa os beneficiados.

"O governo não está pacificando, vai haver judicialização de vários terminais. Não queremos isso, mas a turma vai apelar para isso, pelos seus direitos", disse o presidente da ABTP, Wilen Manteli. "Ainda queremos convencer o governo a adotar um período de transição que sempre é usado quando se muda o regime jurídico."

A Advocacia-Geral da União (AGU) detectou o movimento nos terminais portuários, 100 deles com contratos vencidos. E trata o tema como prioridade. "Sabemos das liminares, mas eles estão entrando diretamente contra as Companhias Docas e os portos delegados", disse o ministro Luís Inácio Adams ao Estado. "Há movimentos para manter a situação, e não para agilizar. Agora, isso vai ser feito, mesmo contra os interesses econômicos poderosos." Para ele, ainda não é possível falar de atrasos. "Mas terá ganho quem não quer fazer licitação e preservar interesses locais."

Os operadores dos aeroportos privados são mais reticentes. Não se pronunciam sobre a contestação judicial, mas não afastam a alternativa.

Nos aeroportos, o alvo principal do setor privado é a regra que limita a 15% a participação dos atuais operadores de Guarulhos, Campinas e Brasília nos consórcios que disputarão Galeão (RJ) e Confins (MG).

Consultada, a Invepar, que opera Guarulhos, preferiu não se manifestar sobre eventual questionamento judicial à regra estabelecida nos editais.

Nas rodovias, a questão também pode complicar. A concessão da rodovia BR-050, ganha pelo consórcio Planalto, pode ser levada aos tribunais pela Triunfo Participações, segunda colocada na disputa, que ainda avalia a hipótese. A empresa questionou o resultado por meio de recurso à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) argumentando que a documentação do consórcio vencedor estava incompleta. Mas a agência considerou o pedido improcedente.

Problemas. A judicialização é um problema a mais no já conturbado processo de licitação de áreas em portos. As minutas dos editais sofreram questionamentos públicos no Paraná, Bahia, Pará e São Paulo em razão de subdimensionamento, licitação de áreas com contratos em vigor, prazos de concessão e preços de aluguéis. O governo do Paraná ameaçou questionar na Justiça e o vice-governador da Bahia, Otto Alencar, avisou que "tomará providências".

O superintendente do porto de Paranaguá, Luiz Dividino, está mais otimista, mas não descarta a via judicial. "Precedente

é bom, já houve mudanças em Santos e no Pará. Mas ou vai resolver ou vai para a Justiça."

A ABTP faz um apelo para resolver o que chama de "questões pendentes" nos contratos. "Além do período de transição para negociar, o governo deveria ver caso a caso, levar em conta questões regionais, os investimentos necessários de imediato e dar prazo palatável para recuperá-los", afirmou Manteli.

O governo já lançou dois editais de portos. O primeiro bloco, de Santos e terminais do Pará, está sob avaliação do TCU. O segundo bloco, compreendendo Paranaguá, Salvador, Aratu e São Sebastião (SP), está em audiência pública até amanhã.

COLABOROU LU AIKO OTTA

● Advertência
"O governo não está pacificando, vai haver judicialização de vários terminais."

Wilen Manteli

PRESIDENTE DA ABTP

24 OUT 2013

METRO

Justiça determina à Sanepar implantação de esgoto em microbacia

Santa Felicidade. Rede coletora terá que ser implantada na região do rio Uvu

A Sanepar tem 20 dias para apresentar o cronograma de instalação de uma rede coletora de esgoto na microbacia do rio Uvu, em Santa Felicidade. A decisão é da Justiça a pedido do MP-PR (Ministério Público). A ação civil pública foi movida pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Curitiba contra a companhia e o município.

De acordo com a ação, não há coleta e tratamento de esgoto na região e, por isso, ele é lançado diretamente no rio ou por meio de empresas de limpeza de fossa, conforme vistoria feita pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente. "(...) os requeridos notificados pelo MP admitem a falta de saneamento básico, porém argumentam que a obra que seria realizada no local está com o cronograma atrasado, por problemas administrativos", coloca a juíza Leticia Zétola Portes. Ela argumenta ainda que "o perigo da demora é evidente", uma vez que há a poluição do rio.

A microbacia compreende as ruas Germano Ruggenbaum, Sanremo, Padova, Písá, João Vendramim, Carlos Parize, João Anzolin, Pedro Breda e Celia Cabral Salgueiro.

Procurada pelo **Metro Jornal**, a Sanepar informou, por meio de sua assessoria, que uma equipe foi ao local ontem avaliar a "situação técnica dele". © METRO CURITIBA

24 OUT 2013

METRO

STF restringe regras só à Raposa Serra do Sol

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu ontem que as regras adotadas na demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, em Rondônia, não deverão ser seguidas para as outras demarcações de terras indígenas. Por maioria, os ministros derrubaram os sete embargos de declaração apresentados por Ministério Público, governo de Roraima e comunidades indígenas, que apontavam contradições na sentença.

A decisão obriga o governo a fixar regras específicas em futuras demarcações. Atualmente, a Funai (Fundação Nacional do Índio) analisa questões caso a caso. A AGU (Advocacia Geral da União) e o Ministério da Justiça estudam usar a partir de agora o modelo da reserva Raposa Serra do Sol. O governo é contrário à PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 215, em tramitação na Câmara, que transfere a atribuição de demarcar terras indígenas para o Congresso.

Entenda o caso

Em março de 2009, junto com a posse exclusiva aos índios e retirada de produtores de arroz da área de-

“Foi uma decisão atípica e ousada. Até nem acho que esse deva ser o padrão, mas se o tribunal não tivesse feito como fez, a decisão não seria cumprida.”

ROBERTO BARROSO, RELATOR DOS RECURSOS

marcada, o STF fixou 19 obrigações que tratavam, por exemplo, da exploração dos recursos naturais, da presença das forças de segurança na área e da implantação de serviços públicos.

“O tribunal atuou como legislador”, criticou o presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, favorável ao argumento apresentado pelo Ministério Público, que acusou a Corte de extrapolar a competência ao definir as diretrizes.

O ministro relator, Roberto Barroso, avaliou que as sugestões foram fundamentais para o cumprimento da decisão. “Não seria possível por fim aos conflitos sociais e fundiários sem anunciar aspectos básicos”, declarou. **METRO BRASÍLIA**

Denúncia

Rossoni pressiona deputado

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), resolveu ontem cobrar explicações do deputado Elton Welter (PT). O petista contou, nesta semana, ter recebido pressões para votar em Fábio Camargo nas eleições ao TCE-PR. “Minha obrigação é cuidar da imagem da Casa”, justificou Rossoni. Welter respondeu que caso seja convocado, dará esclarecimentos ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça), que investiga o suposto tráfico de influência no processo.

24 OUT 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

TRIBUNAL DE CONTAS

Deputado exige provas

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), pediu ao deputado Elton Welter (PT) que apresente as provas sobre a afirmação que houve pressão para que votasse no então deputado Fábio Cargomo ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas na eleição realizada em julho.

Segundo o parlamentar, as declarações de Welter são preocupantes e colocam os 54 deputados sob suspeita. "O que posso afirmar é que não sofri nenhuma pressão na votação", declarou. Rossoni reafirmou que não houve nenhuma relação entre a aprovação do projeto do Executivo que instituiria o Caixa Único com a eleição para conselheiro do Tribunal de Contas.

Em discurso no plenário ontem, Welter reforçou que existe "acordo entre os três poderes".

24 OUT 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Testemunhas de abuso compradas

A polícia prendeu ontem, no trevo de Ampère, sudoeste do estado, o filho e um advogado do ex-prefeito de Realeza, Eduardo Gaievski, preso desde o fim de agosto, suspeito de abusar sexualmente de garotas, em troca de cargos na prefeitura. Segundo a Polícia Civil de Realeza, André Willian Szpak Gaievski, 19 anos, e o advogado Fernandes da Silva Borges, 29, subornaram duas mães de supostas vítimas do ex-prefeito. Gaievski também foi assessor da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann.

Eles estavam com as duas mulheres no carro e seguiam para o Fórum de Francisco Beltrão, para que ambas assinassem documento contradizendo as denúncias de abuso. De acordo com a polícia, anteontem, André, Fernandes e dois indivíduos não identificados ofereceram R\$ 1 mil para cada uma das mulheres, para assinar o documento. Os dois foram autuados por oferecer dinheiro para produção de testemunhos falsos e formação de quadrilha. A polícia procura os outros dois suspeitos.

24 OUT 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Curitiba estuda criação de patrulha de proteção à mulher

O prefeito Gustavo Fruet recebeu nesta quarta-feira (23), em seu gabinete, a visita da secretária de Políticas para as Mulheres do Estado do Rio Grande do Sul, Ariane Leitão, e da tenente coronel Nádia Gerhard, coordenadora do programa “Patrulha Maria da Penha” em Porto Alegre. Elas vieram a Curitiba, a convite da secretária municipal da Mulher, Roseli Isidoro, apresentar o programa de proteção às mulheres vítimas de violência, que funciona há um ano naquele estado.

“Um programa como esse é necessário diante das situações de violência

contra a mulher, que têm sido recorrentes em todo o país. É inadmissível que no Brasil, em pleno século 21, o poder público ainda tenha de se preocupar com a luta pelos direitos básicos da mulher de não ser agredida dentro de suas próprias casas, por pessoas da sua convivência e confiança, que envolve relação afetiva ou de parentesco. O momento nos leva a implantar políticas públicas específicas para a mulher, principalmente na questão da proteção, prevenção e monitoramento dos casos envolvendo a violência doméstica”, disse o prefeito.